



A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: os desafios do estágio em tempo de contrarreforma do ensino superior

SOUSA, Vivianne Batista Riker de ¹
ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de ²

RESUMO: O trabalho reflete a contrarreforma do ensino superior brasileiro e a expansão da modalidade a distância para entender os desafios enfrentados para a materialização do estágio supervisionado em Serviço Social. Para sua realização, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica e documental. Evidenciou-se que o estágio vem sofrendo fragilização diante do contexto de mercantilização do ensino superior, que favorece a precarização da formação por meio da modalidade a distância, na qual são visualizados desafios para o estágio, desde a ausência de contato direto e presencial com um corpo docente amplo até os equívocos na discussão da relação teórico-prática, o que demanda refletir o processo do estágio alinhado pela Política Nacional de Estágio – PNE e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Profissional; Serviço Social; EAD; Estágio.

1. INTRODUÇÃO

A formação profissional, conforme caracteriza Iamamoto (2014), é a capacitação científica de um quadro de futuros profissionais aptos a responder às exigências de um projeto profissional. Dessa forma, conhecer o cenário da formação profissional atual, marcado pela expansão exponencial do ensino privado, sobretudo na modalidade de ensino a distância (EAD). Este apresenta-se como tema de forte debate com elementos complexos de análise para a categoria, pois, de acordo com o CFESS (2014), as particularidades do ensino a distância fragilizam o processo formativo dos assistentes sociais, devido à ausência de vivência acadêmica, de contato direto e presencial com um corpo docente amplo e à inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, o que dificulta a qualificação profissional necessária para atender aos princípios do Projeto Ético-Político da profissão.

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pós-graduação em Serviço Social na área sociojurídica – UNINORTE. Mestranda no Programa de Pós – Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM. E-mail: vivianneriker@gmail.com.

² Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestrado e Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Mestrado e Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM. Professora do Departamento de Serviço Social da UFAM. E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br



Dessa forma, o trabalho buscar refletir o ensino a distância em Serviço Social, apresentando-o como um problemática urgente para a categoria profissional, uma vez que esta realidade se impõe ao processo de formação do Assistente Social mediante o atual contexto das investidas neoliberais do Estado que nos últimos 20 anos, para fortalecer a hegemonia do capital no que se refere à mercantilização do ensino e, para contenção do gasto público no provimento de políticas de caráter universal, proporcionou a expansão do nível superior do ensino especialmente por meio do acesso da população ao ensino a distância para atender as necessidades mercantis, a fim de fortalecer o projeto societário do grande capital e seus impactos na formação profissional, com foco especial no estágio.

Este trabalho é fruto dos debates realizados na disciplina de Tópicos Especiais em Serviço Social do Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, oportunidade em que se lançou mão da pesquisa bibliográfica e documental para sua construção.

Como base em pesquisa bibliográfica e documental, as discussões aqui traçadas explanam o desenvolvimento do ensino superior sob a lógica do capital que resultou na expansão da EAD, sendo importante compreender o cenário do Ensino a Distância para pensar as mudanças na formação em Serviço Social em destaque no estágio, visto que o artigo traz reflexão acerca da modalidade EAD e dos desafios do estágio em tempos de contrarreforma por melhores condições de formação profissional, pautadas nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPS), o que se relaciona diretamente com o exercício profissional.

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A EXPANSÃO DOS CURSOS EAD NO CONTEXTO DE CONTRARREFORMA

A expansão do ensino superior brasileira deve ser compreendida a partir da apreensão do papel da universidade no Brasil, considerando que a educação brasileira encontra-se inserida no contexto capitalista, que visa a lucratividade com a finalidade de formar profissionais para atender o mercado e não de proporcionar uma educação de qualidade, emancipatória e crítica. Por isso, Lima (2013) tece a discussão acerca da expansão da ensino superior, na universidade brasileira, especialmente, nos anos de 1990. Momento em que o capital intensifica a busca por estratégias de enfrentamento à crise financeira que atravessa o país, incentivando a elevação de suas taxas de produtividade, transformando todas as esferas da vida social em áreas potencialmente lucrativas.

Dessa forma, na lógica da autora, a expansão do ensino superior, acontece a partir de 3 necessidades do capital: a subordinação da ciência à lógica mercantil, movimento que tinha



como ações a venda de “serviços educacionais”, por meio dos cursos pagos entre as parcerias das universidades e empresas, incentivando a competitividade, o empreendedorismo e o produtivismo que caracterizam na atualidade as políticas de pós-graduação e pesquisa.

A segunda necessidade apresentada pela autora é a constituição de novos campos de lucratividade. O crescimento de Instituições de Ensino Superior privado amplia novos campos de lucro, vislumbrando a educação como algo mercantil para o capital. Nesta vertente que Antunes e Lemos (2018) problematizam o acesso ao ensino superior que vem sendo efetivado como negócio lucrativo e não como direito social.

Sem dúvida, o ensino superior desde o período de colonização do Brasil possui caráter elitista, e tem agregado características como a privatização e a fragmentação institucional, entretanto o caráter de “serviços educacionais” no ensino superior se aprofunda na sociedade brasileira em 1990, no contexto de contrarreformas.

Dessa forma, o cenário neoliberal de 1990 retoma as ideias liberais com novas roupagens, tendo como características a focalização, a descentralização e a privatização, um Estado mínimo, abrindo espaço para múltiplas possibilidades de atuação do mercado, dentre elas na política de educação.

Assim, Lima (2013) pontua a terceira necessidade do capital, que é a construção de estratégias de obtenção de consenso do projeto burguês. Esse movimento é conhecido como a educação terciária, noção histórica difundida pelos organismos internacionais do capital, como por exemplo, o Banco Mundial, em que qualquer curso pós-médio, de curta duração ou a distância pode ser considerado como educação terciária, com a concepção de “democratização” de acesso ao ensino superior, ocultando o seu verdadeiro e único objetivo que é o lucro e não o acesso à educação de qualidade.

Nesse contexto, Mézaros (2008), em sua tese, traz a concepção de educação, sob o prisma de dois pontos. O primeiro retrata como é estabelecida a educação capitalista, que tem como propósito produzir a alienação, visto que os processos educacionais ocorrem sob a vigência da burguesia, que tem como lógica capitalista ser irreformável e incorrigível, com a finalidade de acumular a riqueza frente à exploração do trabalho humano, sendo danosa para a classe trabalhadora, pois não permite uma educação crítica, mas forma meros executores.

No segundo ponto, o autor defende uma educação para além do capital, em que devemos lutar pela educação emancipatória e libertadora que fornece a base política para os sujeitos pensarem criticamente e poderem produzir a superação de sua própria exploração e dominação proporcionada pelo capital.

Com o desenvolvimento acelerado do capitalismo, vemos de forma proporcional, crescer também a desigualdade social que se apresenta enquanto uma das muitas faces da questão social. Suas expressões vêm aumentando consideravelmente,



deixando seu rastro perverso por onde passa, atingindo uma grande parcela da população, parcela essa que é caracterizada por pessoas de baixa renda ou nenhuma renda, as quais sofrem severamente os reflexos dessa conjuntura, sendo que o Serviço Social se configura como profissão devidamente habilitada teórica, técnica e politicamente para atuar no enfrentamento de tais questões. (SOUSA, GIBBS e BARÃO, 2017, p. 125)

Desse modo, a expansão do ensino superior brasileira foi construída historicamente pelas relações econômicas, sociais, políticas e ideo-culturais, inserida no contexto capitalista de ampliação da lucratividade por meio da difusão do seu projeto de educação na conformação de mentes e corações ao seu projeto de sociabilidade.

O processo de contrarreforma do ensino superior encontra-se inserido na contrarreforma do Estado brasileiro a partir dos anos 1990. No plano da educação de nível superior, o movimento foi, portanto, de fortalecimento do empresariamento da educação e, por outro lado, de inserção de uma lógica contábil dentro das de Ensino Superior (IES) públicas, com congelamento de concursos e salários, proporcionando uma desvalorização significativa da carreira docente, além de possibilitar, via fundações públicas de direito privado, a participação explícita de interesses privados no interior das instituições públicas, privilegiando a privatização e o sucateamento das Universidades Públicas.

Dessa forma, ao passo que incentivaram a abertura de IES privadas e, logo depois, a eclosão/expansão da modalidade de EaD. A privatização do ensino superior, ampliou a abertura do mercado para a criação de instituições de ensino não universitárias, que não oferecem pesquisa e extensão, mas centralmente cursos de curta duração ou a distância.

O CFESS (2014), ao abordar a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social, retrata que não há oferta de formação de boa qualidade. As camadas médias são pressionadas a buscar no mercado tais serviços, ao invés de tê-los garantidos na área pública, como serviços gratuitos, qualificados e de direito.

Portanto, Chagas (2016) afirma que o processo de desqualificação da formação universitária, que afeta a formação em Serviço Social, ameaça frontalmente o projeto curricular previsto nas Diretrizes Curriculares. Degrada a qualidade da formação em um tempo histórico cada vez mais complexo, que requer dos assistentes sociais maior domínio da teoria crítica para sua compreensão e elaboração de estratégias profissionais ancoradas no Projeto Ético-Político.

Nesse sentido, evidencia-se a importância da discussão da proliferação rápida dos cursos de EAD em Serviço Social, visto que hoje são responsáveis pela formação de um enorme contingente profissional, o que produz um exército de reserva e proporciona a precarização da educação e do exercício profissional.

Por esse motivo, Iamamoto (2007) – ao analisar a formação em Serviço Social EAD – considera que não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a



distância, mas de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras das reformas do ensino superior, privatização que pela lógica do lucro conduz os rumos da universidade brasileira.

O estímulo ao EAD é um fomento para expansão da lucratividade das empresas educacionais, este sim o seu objetivo maior, a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite compreender a precarização do ensino e do trabalho profissional.

É na direção de defesa da profissão, na luta pela perspectiva de afirmação do direito à educação superior pública, de qualidade, laica, universal e gratuita, que se ressalta a preocupação com a expansão de cursos de serviço social EAD, que vêm proporcionando uma formação de profissionais fragilizados/as em sua dimensão interventiva e investigativa, o que, por sua vez, desqualifica o atendimento na rede de serviços sociais públicos e privados do país.

Tal contexto sócio-histórico exige a reflexão e o aprofundamento acerca da intervenção na realidade, considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional. Dessa forma, sabe-se que a formação profissional é constituída de uma totalidade de conhecimentos. Tais conhecimentos estão contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades, expressando-se através de três núcleos, que são os Núcleos de Fundamentação, constitutivos da formação profissional: a) núcleo de fundamentação teórico-metodológico da vida social, que é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica; b) núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira em suas mais diversas regiões; c) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como realização de um processo de trabalho, objetivado nas múltiplas expressões da questão social.

Esta articulação entre os núcleos de fundamentação colabora para que haja novas mediações, entendidas como a relação teoria e prática, a qual permeia toda a formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão.

3. OS DESAFIOS PARA O ESTÁGIO EM TEMPO DE CONTRARREFORMA

De acordo com Sousa (2017), o estágio é um elemento constituinte e constitutivo da formação profissional, entendido como um processo dialético que está para além do âmbito



acadêmico, estreitamente relacionado nas contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade, em outras palavras, trata-se de um processo constante em que o formando deve estar atualizado quanto à sociedade, em seus aspectos ideológicos, econômicos, políticos e sociais. Sendo de suma importância, uma vez que o discente poderá transpor os conhecimentos adquiridos em sala de aula e através deles realizar uma reflexão crítica da realidade para estabelecer estratégias de intervenção. Nessa lógica, o estágio é um dos momentos curriculares privilegiado de relação teórico-prática, de aproximação entre a formação e o trabalho profissional.

Segundo a ABEPPS (2010), o estágio supervisionado é guiado pela Política Nacional de Estágio – PNE, que tem como objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social em consonância com a defesa de um projeto de formação profissional comprometido com a qualidade e a direção social crítica e emancipatória, em articulação com as entidades representativas da categoria em torno da defesa do estágio.

No entanto, a ampliação do Ensino a Distância – EAD traz implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, em termos de descumprimento do que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com evidência da não efetivação da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e os de campo.

Logo, a formação acadêmico-profissional em Serviço Social no Brasil, conforme lamamoto (2014), sofre importantes metamorfoses na contemporaneidade como consequência da ligeira expansão da oferta de vagas, com prevalência das instituições de ensino privado, das Instituições EAD, sem a condução do tripé ensino, pesquisa e extensão, base da formação existente nas universidades, além da precarização do trabalho.

Pereira (2013) aborda o constante crescimento aligeirado das ofertas de vagas e matrículas no ensino a distância e nas IES privadas, que nos remete a um perfil profissional que vem atendendo as necessidades do capital, perdendo a qualidade da formação a partir do que é norteado pela ABEPSS, de um profissional competente nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Pereira (2013) nos apresenta alguns desafios, como a produção em massa de certificados, a precarização na qualidade da educação, a falta da vivência acadêmica, a ausência de contato direto e presencial com um corpo docente amplo e a inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, o que dificulta a qualificação profissional necessária para atender os princípios e valores inscritos do Código de Ética do Assistente Social e, por conseguinte, no Projeto Ético-Político.

O estágio é um momento obrigatório a ser realizado de forma presencial, conforme explicita a Resolução CFESS 533/2008 (CFESS, 2008), o que pressupõe supervisão direta, ou seja, acompanhamento sistemático, sendo atribuição privativa do assistente social habilitado. Porém, o que Pereira (2013) revela é a desqualificação desse processo, a



precarização do estágio, pois a modalidade a EAD não vem garantindo condições objetivas para a supervisão de estágio, ou seja, não proporciona para o discente uma formação crítica que o leve a traçar estratégias de ação, reflexão e ação do seu fazer profissional e da relação teórico-prática.

A autora sinaliza também que os discentes não vêm tendo a supervisão direta acadêmica, o que empobrece a formação, pois tal acompanhamento vem sendo mediado pelo tutor, cuja formação é limitada, já que para ser tutor não são necessárias qualificações mínimas, como o mestrado, o que é preocupante. Além disso, há ausência de acompanhamento sistemático nos campos de estágio, visto que o estágio é considerado a espinha dorsal da formação.

A reflexão teórico-prática, debatida principalmente no estágio supervisionado, deve ser instigada durante a formação profissional em meio aos futuros assistentes sociais, através dos docentes, possibilitando no ensino, pesquisa e extensão uma análise crítica e conceitual acerca da objetivação que o profissional vai buscar, reconhecendo na Teoria Social de Marx um importante passo para a formação da teoria em Serviço Social e compreendendo que a mesma não instrumentaliza para a prática, mas cria pressupostos necessários e cruciais para uma intervenção qualificada. Não existe prática sem teoria nem teoria sem prática. (SOUSA, ANDRADE, NORONHA e LOPES, 2018, p. 255)

Em consonância, Lewgoy (2013) nos evidencia outros desafios como a frágil articulação entre a unidade de formação acadêmica e os campos de estágio, a reprodução de valores individualistas e moralistas que incidem no cotidiano do estágio, bem como, os equívocos na discussão da relação teórico-prática, considerando que não há como dissociar a teoria da prática profissional, mas estas necessitam andar em conjunto, o que não implica, necessariamente, que a unidade entre elas ocorra somente no Estágio Supervisionado, mas, também, durante todo o processo acadêmico para uma formação profissional de qualidade.

Diante do exposto, surge a seguinte indagação: qual é o estágio que nós queremos? Um estágio a partir da Política Nacional de Estágio – PNE e das Diretrizes Curriculares de 1996 que promove uma educação crítica e compromissada com o Projeto Ético-Político da profissão ou um estágio burocrático a serviço da lucratividade do capital, com mera preparação de tarefas, sendo o estagiário “adestrado” às atividades mecânicas e rotineiras?

Dependendo da forma como o estágio é realizado nas instituições de ensino e de campo e com o grau de envolvimento das pessoas ali presentes, ou seja, os atores que fazem parte do processo do estágio, tal atividade pode ser tanto um momento de construção de novos significados para o trabalho profissional quanto de reprodução de modelos preestabelecidos.

Lewgoy (2013) nos traz que é necessário pensar o contexto em que os desafios contemporâneos estão inseridos, refletindo sobre as formas reificadas que transformam o



processo educacional em mera mercadoria, bem como sobre as estratégias que precisamos adotar para a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão. Estratégias essas que se encontram na materialização das Diretrizes Curriculares, em particular no estágio supervisionado, na articulação entre formação e o exercício profissional.

A autora aborda que o desafio está em alargar o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, que exige reflexão e posturas críticas e ético-políticas sobre o agir profissional em meio ao contexto capitalista no qual estamos inseridos. É nesse sentido que é indispensável a compreensão, a referência e a postura profissional dos supervisores no processo de estágio, na defesa intransigente do projeto profissional, de valores e ações emancipatórias na construção da sociabilidade.

Portanto, Lewgoy e Maciel (2016), afirmam a importância da capacidade político-organizativa da profissão, sintonizada com o Projeto Ético-Político, sendo necessário apreender a totalidade, pois somente assim será possível entender os erros e acertos empreendidos no processo do estágio, sendo este o desafio presente e futuro da profissão e de todos os que se opõem a uma educação mercantilizada e alinhada, exclusivamente, aos interesses do capital.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na perspectiva de defesa da profissão e de ratificação do direito ao ensino superior público, de qualidade, laico, universal e gratuito, que destacamos a preocupação com ampliação dos cursos EAD de Serviço Social e as consequências danosas dessa modalidade de ensino no processo do estágio.

O estágio é um elemento essencial para a formação profissional, pois, através dele, o discente poderá vivenciar o cotidiano da sua futura profissão e realizar a mediação entre teoria e prática, e assim estabelecer a melhor forma de intervir sobre esta.

Ribeiro (2013), em consonância com ABEPSS, reafirma que o estágio é uma dimensão obrigatória, componente curricular do processo de formação, porém não possui existência própria, independente da proposta curricular dos cursos e das relações que o mesmo possui tanto com a sociedade quanto com o espaço de trabalho das assistentes sociais.

Sendo notório que o estágio fica comprometido e ameaçado, pois ao servir a concepção do mercado e ao interesse capitalista, deixa escapar a sua essência e seu propósito enquanto momento privilegiado da formação, já que tem potencial de facilitar a compreensão da dinâmica social, mediando teoria e prática, formação e trabalho profissional.

Nesse sentido, é fundamental que em todas as instituições de ensino haja uma contínua avaliação da formação profissional e, por conseguinte, do estágio supervisionado



para conhecer suas fortalezas e também suas fragilidades, no sentido de trabalhar para superar os limites e potencializar o que vem dando certo.

O estágio representa um espaço de ensino-aprendizado. À medida que assume seu caráter educativo, o estágio colabora para a superação da imediatividade e da fragmentação da realidade. É um momento de se vivenciar o cotidiano e compreender suas demandas multifacetadas, expostas nos campos de estágio e, assim, construir momentos de reflexão, criticidade e de aprendizagem.

Portanto, esse artigo identifica os desafios do estágio e busca refletir acerca dos abalos que vem sofrendo no cenário capitalista e assim repensa o que de fato queremos do estágio. Dessa forma, é necessário o fortalecimento político da profissão com suas entidades para construção de um estágio supervisionado alinhado com que a categoria defende, de qualidade, crítico e emancipatório.

5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. 1996. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf. Acesso em: 28 junho. 2019.

_____. Política nacional de estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social – ABEPSS. 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf. Acesso em: 28 junho. 2019.

ANTUNES, A. E. M.; LEMOS, E. L. de S. Contrarreforma do ensino superior brasileiro: determinantes históricos. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2018, ano 18, jan/jun. 2018, p. 12-28.

CHAGAS, B da R. F. Ensino a Distância e Serviço Social: desqualificação profissional e ameaças contemporâneas. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 15, n.1, p. 43 – 58, jan/jul. 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Volume 2. Brasília – DF. 2014.

_____. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: regulamenta a supervisão direta de estágio no serviço social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao533.pdf>. Acesso: 10 Jun. 2019.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmica – profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2014, n. 120, out/dez. 2014, p. 609-639.

_____. A. Serviço social em tempo de capital fetiche: capitalismo financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2007.



LEWGOY, A. M. B. O estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2013, ano 13, n. 25, jan/jun. 2013, p. 63-90.

_____.; MACIEL, A. L. S. O projeto de formação em Serviço Social: análise de sua trajetória histórica no período de 1996-2016. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, 2016, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016, p. 23-49.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. de. *Serviço Social e Educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 11-34 (Coleção Nova de Serviço Social).

MÉSZÁRIOS. I. *A educação para além do capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD no Brasil; análise da tendência a desqualificação profissional. In: PEREIRA, L. D., ALMEIDA, N. L. T. de. *Serviço e Educação*. 2 ed. Rio de Janeiro; Lumen Juris, 2013, p. 55-73 (Coleção Nova de Serviço Social).

RIBEIRO, E. B. O estágio no processo de formação dos assistentes sociais. In: FORTI, Valeria, GUERRA, Yolanda (Orgs.). *Serviço Social: temas, textos e contextos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 79-101.

SANTOS, C. M. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. 2006.

SOUSA, V. B. R. de. Estágio supervisionado no curso de serviço social da UFAM sob a ótica dos supervisores acadêmicos e de campo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-Amazonas, 2017.

_____. ANDRADE, R. F. C de. NORONHA, M. L. B. da S. LOPES, M. G. A. Estágio supervisionado em serviço social: a percepção dos supervisores de campo e docentes. Capítulo 23. *Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico]* Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

_____. GIBBS, C. C. M. BARÃO, L. A. O estágio supervisionado no curso de Serviço Social da Ufam na perspectiva dos supervisores de campo. P. 117 -138. *Os nós da formação do profissional em Serviço Social: currículo, trabalho e debates contemporâneos.* / Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Marcelo Mario Vallina, Renan Albuquerque. – Parintins: Leda; Edua, 2017.